



Presidência da República  
Gabinete de Segurança Institucional  
Agência Brasileira de Inteligência

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DE CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS

Processo nº 00091.001234/2020-54

### MINUTA

#### 1. INTRODUÇÃO

Este estudo técnico preliminar foi elaborado pela equipe de planejamento da contratação, visando atender aos art. 3º, inciso IV e XI, art. 8º, inciso I e art. 14, incisos I e II do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, bem como à Instrução Normativa da Secretaria de Gestão do então Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão nº 5, de 26 de maio de 2017.

Compõe-se o referido estudo dos seguintes tópicos:

1. Introdução;
2. Características gerais;
3. Necessidade da contratação;
4. Referência aos instrumentos de planejamento da ABIN;
5. Requisitos da contratação;
6. Estimativa das quantidades;
7. Levantamento de mercado e justificativa da escolha do tipo e solução a contratar;
8. Estimativa de preços ou preços referenciais;
9. Descrição da solução com um todo;
10. Justificativas para o não parcelamento da solução;
11. Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis;
12. Providências para adequação do ambiente do órgão;
13. Contratações correlatas e/ou interdependentes;
14. Declaração da viabilidade ou não da contratação;
15. Aprovação.

#### 2. CARACTERÍSTICAS GERAIS

2.1. Serviço a ser contratado: empresa especializada para a prestação de serviços de elaboração de anteprojeto, projeto básico, projeto legal, projeto executivo e apoio e assistência à supervisão e fiscalização da execução dos serviços de engenharia para modernização das instalações da Superintendência Estadual Rio de Janeiro - SERJ da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, com área aproximada de 961,80 m<sup>2</sup>, localizada na Avenida República do Chile, 230, 16º andar, Centro Empresarial Castelo Branco, Rio de Janeiro/RJ.

2.2. Normativos que regulam os serviços a serem contratados de acordo com a sua natureza:

- a) Lei nº 8.666, de 21/06/1993;
- b) Lei nº 10.520, de 17/07/2002;
- c) Decreto nº 3.555, de 08/08/2000;
- d) Decreto nº 5.450, de 31/05/2005;
- e) Resoluções da CONFEA;
- f) Orientações Técnicas da IBRAOP;
- g) Lei nº 6.496, de 07/12/1977;
- h) Instrução Normativa SLTI/MPDG nº 05, de 26/05/2017;
- i) Associação Brasileira de Normas Técnicas (NBR's).

2.3. Contratações anteriores do mesmo objeto: o objeto da presente contratação está sendo contratado pela primeira vez.

2.4. Quantidade:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	Empresa especializada para a prestação de serviços de elaboração de anteprojeto, projeto básico, projeto legal, projeto executivo e apoio e assistência à supervisão e fiscalização da execução dos serviços de engenharia para modernização das instalações da Superintendência Estadual Rio de Janeiro - SERJ da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, localizada na Avenida República do Chile, 230, 16º andar, Centro Empresarial Castelo Branco, Rio de Janeiro/RJ.	m <sup>2</sup>	961,80

2.5. Problemas enfrentados na fase de planejamento: não observados.

2.6. Problemas enfrentados na fase de seleção do fornecedor: não observados.

2.7. Problemas enfrentados na fase de gestão do contrato: não observados.

2.8. Necessidade de classificar os serviços nos termos da Lei 12.527/2011: não há necessidade de classificação da compra nos termos da Lei nº 12.527/2011 por não haver informação sigilosa envolvida na execução do contrato.

### 3. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A contratação é necessária tendo em vista que a Coordenação de Engenharia e Obras (COENG) desta ABIN não possui quadro de pessoal suficiente para atender as demandas da sede e das superintendências na elaboração dos projetos exigidos nos procedimentos licitatórios de reformas, manutenções e adaptações de imóveis.

3.2. Ademais, a modernização das instalações da Superintendência Estadual Rio de Janeiro - SERJ - é de extrema necessidade, uma vez que a atual edificação se encontra em estado crítico de conservação, em decorrência da ação depreciativa do tempo e da ausência de manutenções preventivas e corretivas.

3.3. Pretende-se aproveitar a oportunidade para modernização, adaptação tecnológica das instalações, revitalização, atualização da construção, alterações de layout e para o aumento da vida útil do imóvel, por este se encontrar com materiais e instalações em estado de obsolescência e em desacordo com as normas vigentes.

3.4. A seleção de empresa para “elaboração dos projetos, apoio e assistência à supervisão e fiscalização dos serviços de modernização da SERJ” tem por objetivo contratar uma mesma empresa como única responsável desde à elaboração dos estudos e projetos de engenharia até a prestação apoio durante a execução dos serviços de modernização da SERJ. A elaboração dos projetos permitirá o conhecimento pormenorizado das

necessidades executivas do empreendimento, o que é extremamente oportuno, pois possibilita um melhor desempenho no acompanhamento do serviço de modernização que serão contratados futuramente. A seleção de empresa para “apoio e assistência à supervisão e fiscalização dos serviços” tem por objetivo avaliar a execução do serviço em andamento, bem como atestar a regularidade dos serviços realizados à luz do projeto e do contrato. Ainda, cabe à supervisora a revisão das medições dos serviços executados, produção de ensaios, a fim de se promover, se for o caso, os devidos ajustes e/ou compensações. Logo, a contratação da mesma empresa para a realização dos dois serviços (elaboração dos projetos e apoio à fiscalização da modernização com base nos projetos) proporciona que os mesmos responsáveis pela concepção da solução apoie a fiscalização de sua execução.

3.5. Além do mais, incluindo-se no escopo da contratação o apoio e assistência à supervisão e fiscalização dos serviços implicará maior segurança jurídica para todos os envolvidos no processo de fiscalização dos serviços de modernização das instalações, tendo em vista que a COENG não dispõe de servidores nas Superintendências para realizar a fiscalização e, caso esta seja efetuada a distância, resultará em prejuízos para o todo. Também será possível, com a contratação de uma empresa especializada de engenharia e arquitetura, manter controle mais efetivo do prazo e da qualidade dos trabalhos de modernização da SERJ.

3.6. Diante disso, verifica-se a essencialidade da contratação.

#### 4. REFERÊNCIA AOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE

4.1. A contratação encontra-se alinhada ao Planejamento Estratégico 2017 - 2021 da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, instituído pela Portaria nº 461/ABIN/GSI/PR, de 29 de novembro de 2018 e publicada no Boletim de Serviço Sigiloso nº 22, de 30 de novembro de 2018, por meio do objetivo estratégico 4.14 "Modernizar a Gestão Administrativa e Logística".

4.2. Consta no Plano Orçamentário Anual - POA-2020 do DAL como "Manutenção e reforma de diversas instalações prediais na sede e superintendências estaduais", conforme comprovado no Documento SEI nº 0114005

4.3. Consta no Plano Anual de Contratações PAC-2020 da Agência, conforme comprovado no Documento SEI nº 0113690

4.4. Por fim, também está amparada no Plano de Logística Sustentável, conforme verificado no Documento SEI nº 0113688

#### 5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Requisitos necessários ao atendimento da necessidade:

5.1.1. O anteprojeto, projeto básico, projeto legal e projeto executivo deverão ser elaborados de forma a caracterizar por completo a modernização das instalações da SERJ/ABIN a ser contratada posteriormente. Deverão contemplar, inclusive, outras áreas de concentração da Engenharia e Arquitetura para caracterizar todos os detalhes e projetos necessários.

5.1.2. Os projetos que deverão ser desenvolvidos deverão abranger a princípio: arquitetura, luminotécnica, instalações hidrossanitárias, instalações elétricas, cabeamento estruturado da rede lógica, sistema de ar-condicionado, prevenção, detecção e combate a incêndio e pânico e projeto de instalações especiais (automação, CFTV e segurança).

5.1.3. O objeto do contrato deve atender às diretrizes estabelecidas:

a) na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

b) na Cartilha "Obras Públicas: recomendações básicas para a contratação e fiscalização de obras públicas", do TCU;

c) nas Normas Técnicas e Legislações vigentes, inclusive ambientais, dentre as quais:

I - Códigos, Leis, Decretos, Portarias e Normas Federais, Estaduais e Municipais, inclusive normas de concessionárias de serviços públicos, e as Normas Regulamentadoras do Ministério

do Trabalho e Emprego (MTE), as Resoluções RDC da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), e o Código de Segurança contra Incêndio e Pânico do Estado do Rio de Janeiro (COSCIP/RJ);

II - Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) pertinentes, especialmente a NBR 9050, Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, 3ª edição, 2015 e a Norma Brasileira NBR 16537, Acessibilidade - Sinalização tátil no piso - Diretrizes para elaboração de projetos e instalação, 1ª edição, 2016;

III - Normas do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), o que inclui o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL), em atendimento à Instrução Normativa nº 2, de 4 de junho de 2014;

IV - Instruções e Resoluções do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) e dos Órgãos do Sistema do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia e do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CREA/CONFEA).

5.2. O serviço não possui natureza continuada.

5.3. Devem ser seguidas as seguintes práticas de sustentabilidade:

5.3.1. O objeto do contrato deve atender às legislações federais, estaduais e municipais referente à sustentabilidade, dentre essas:

- a) Lei nº 8.666/93, artigo 3º;
- b) Decreto nº 7.746/12 que regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666/93;
- c) Instrução Normativa nº 01/2010 - SLTI/MP;
- d) Lei nº 12.305/10 - Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- e) Instrução Normativa nº 02/2014 SLTI/MP, quando aplicável.

5.3.2. As especificações do projeto devem ser elaboradas com objetivo de proporcionar economia, manutenção e operacionalização da edificação, a redução do consumo de energia e água, e a utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental, atendendo termos da Lei nº 8.666/93, art. 3º, c/c IN SLTI/MP n. 01/2010, arts. 3º e 4º.

5.3.3. A especificação de materiais a ser desenvolvida no projeto, pela empresa contratada, deve considerar o uso de materiais sustentáveis conforme a legislação em vigor.

5.4. A duração do contrato deve ser determinada de forma a contemplar o prazo para elaboração dos projetos, para contratação dos serviços de modernização e para o apoio e assistência à supervisão e fiscalização da execução dos trabalhos, sendo estimado, preliminarmente, em 18 (dezoito) meses, a partir de sua assinatura.

5.5. As soluções disponíveis no mercado são amplas.

## 6. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES

6.1. Para definição das quantidades, torna-se necessária a identificação e justificativa dos ambientes que integram o projeto, através de consulta a unidade solicitante, identificando-se o uso que os ambientes apresentarão, os usuários e os equipamentos que abrigarão, o espaço necessário para a circulação, bem como as condições de conforto térmico e as instalações prediais, o que culminará na identificação das áreas que esses ambientes precisarão apresentar.

6.2. Assim, a quantidade necessária ao objeto a ser contratado é a área que as atividades desenvolvidas na Superintendência Estadual Rio de Janeiro - SERJ da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN demandarão, medida em metros quadrados.

## 7. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO E SOLUÇÃO A CONTRATAR

7.1. Para o levantamento do mercado, observou-se contratações similares com outros órgãos em

pesquisa no Painel de Preços (SEI nº 0114124), mas não se observou a mudança de metodologias que indiquem a possibilidade de alteração na atual forma de contratação, razão pela qual deve ser repetido o modelo já vigente e comum para este tipo de contratação.

7.2. Nesse sentido, não há necessidade de realização de audiências públicas para coleta de contribuições a fim de definir a solução mais adequada visando preservar a relação custo-benefício.

7.3. A decisão para a contratação se deve em virtude de a Coordenação de Engenharia e Obras (COENG) desta ABIN não possuir quadro de pessoal suficiente para atender as demandas da sede e das superintendências na elaboração dos projetos exigidos nos procedimentos licitatórios de reformas, manutenções e adaptações de imóveis.

## 8. ESTIMATIVAS DE PREÇOS OU PREÇOS REFERENCIAIS

8.1. A partir da estimativa das quantidades, a estimativa de preço do serviço consta do Relatório de Justificativa de Preços.

8.2. Para composição do preço foi elaborada planilha com quadro comparativo, em conformidade às regras estabelecidas na IN SLTI/MPOG nº 5/2014 e no Decreto 7.983/2013.

8.3. Os preços foram analisados de forma crítica e rigorosa e comparados com as necessidade da contratação, tal como especificação, quantitativo, local e prazo de entrega. Descartou-se os preços inexequíveis, os excessivamente elevados e os incompatíveis com a contratação.

## 9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

9.1. O objeto a ser contratado é a elaboração de anteprojeto, projeto básico, projeto legal, executivo e apoio e assistência à supervisão e fiscalização da execução dos serviços de engenharia para modernização da Superintendência Estadual Rio de Janeiro - SERJ da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, com área aproximada de 961,80 m<sup>2</sup>, localizada na Avenida República do Chile, 230, 16º andar, Centro Empresarial Castelo Branco, Rio de Janeiro/RJ.

9.2. Para tanto, sua execução deve seguir as seguintes fases abaixo:

a) **Fase de Anteprojeto** - Inicialmente deve ser elaborado um **Anteprojeto**, com base no anteprojeto preliminar desenvolvido pela COENG, que deve ser entregue formalmente revisado e compatibilizado para análise técnica pela Superintendência Estadual Rio de Janeiro (SERJ), pela Coordenação de Engenharia e Obras (COENG) e pelo Departamento de Administração e Logística (DAL), contendo todas as informações que o subsidiaram, na forma de um relatório técnico. Após sofrer os ajustes decorrentes da análise técnica da SERJ, COENG, CEPESC, SEGOR e DAL, o Anteprojeto deve retornar a COENG, CEPESC e SEGOR para o devido aceite.

b) **Fase de Projeto Básico** - Após, deve ser desenvolvido o **Projeto Básico**, que deve ser formalmente entregue, revisado e compatibilizado para análise técnica pela COENG, contendo, além dos desenhos, todas as informações que o subsidiaram na forma de um relatório técnico. Após sofrer os ajustes decorrentes da análise técnica da COENG, CEPESC e SEGOR, o Projeto Básico deve retornar a COENG, CEPESC e SEGOR para o devido aceite;

c) **Fase de Projeto Legal** - Em paralelo ao início do Projeto Básico, deve ser iniciado o **Projeto Legal**, para que haja tempo hábil para o processo de aprovação nos órgãos públicos pertinentes, das esferas federal, estadual e/ou municipal, e nas concessionárias responsáveis pelo fornecimento dos serviços de infraestrutura, dentro das normas de representação gráfica e parâmetros legais estabelecidos pelos referidos órgãos e concessionárias. O início do procedimento de aprovação nos órgãos competentes (como protocolo e número de processo, por exemplo) deve ser oficializado, e a comprovação de sua realização deve ser apresentada à COENG;

d) **Fase de Projeto Executivo** - Sequencialmente, se desenvolve o **Projeto Executivo**, que deve ser formalmente entregue revisado e compatibilizado para análise técnica pela COENG,

contendo, além dos desenhos, todas as informações que o subsidiaram na forma de um relatório técnico. Após sofrer os ajustes decorrentes da análise técnica da COENG, CEPESC e SEGOR, o Projeto Executivo deve retornar a COENG, CEPESC e SEGOR para o devido aceite;

**e) Fase de Apoio e Assistência à Supervisão e Fiscalização da Execução dos Serviços** - Promover o apoio e assistência à supervisão e fiscalização permanente dos serviços constantes dos projetos elaborados, após o processo licitatório de contratação.

9.3. O objeto do contrato deverá, obrigatoriamente, contemplar todas as atividades, documentos e informações que compõem as fases de Anteprojeto, Projeto Básico, Projeto Legal, Projeto Executivo e Apoio e Assistência à Supervisão e Fiscalização da Execução dos Serviços, conforme definições e detalhamentos fornecidos pela COENG, pela Unidade Requisitante e demais integrantes da equipe de planejamento;

9.4. A documentação relativa a cada fase só será considerada entregue se contiver todo o conteúdo estabelecido para a respectiva fase, conforme especificado nas definições e detalhamentos previamente fornecidos.

## 10. JUSTIFICATIVAS PARA O NÃO PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO

10.1. Para a análise acerca do parcelamento da solução, foram consultadas as seguintes diretrizes contidas na:

a) Lei nº 8.666/93, artigo 23;

b) Súmula TCU nº 247;

c) Manual de Obras Públicas - Edificações: Práticas SEAP - Projeto da Secretaria de Estado da Administração e Patrimônio, Rio de Janeiro;

d) Associação Brasileira de Normas Técnicas, em especial a NBR 13531/1995;

10.2. Para o objeto da presente contratação, a realização de parcelamento poderia comprometer o fornecimento do serviço de projeto considerando a necessidade de integração das partes da solução, o que levaria ao não atendimento da necessidade que originou a contratação, e, por conseguinte a necessidade de realização de nova contratação para integração das partes da solução.

10.2.1. Aprofundando mais o tema, os projetos desenvolvidos devem possuir perfeita compatibilidade entre si, de forma a evitar imprevistos e alterações quando da execução dos serviços de modernização da SERJ.

10.3. É praxe de mercado que a presente contratação seja realizado por uma única empresa, de modo a não realizar o parcelamento.

10.4. Além do mais, a inclusão, no escopo da contratação, dos trabalhos de apoio e assistência à supervisão e fiscalização da execução dos serviços possibilitará que a contratada para elaboração dos projetos apoie a fiscalização dos serviços de modernização das instalações, a fim de subsidiar o processo de aceitação e medição por parte da fiscalização da SERJ quando do início dos trabalhos de modernização.

10.5. Vê-se com isso que o parcelamento do objeto não assegura ser técnica e economicamente viável, sem perda de escala e com melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade.

## 11. JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS RELEVANTES

11.1. Será permitida a subcontratação de parte do objeto, a saber: elaboração dos projetos de rede lógica e cabeamento estruturado, instalações elétricas e hidrossanitárias. Tal permissão será concedida em virtude da natureza específica desses trabalhos e a fim de permitir maior competitividade no certame licitatório.

11.1.1. Regras específicas para a subcontratação estarão dispostas no Termo de Referência.

11.2. Em virtude da complexidade e do escopo dos serviços, não se vislumbra a possibilidade de participação de empresas em consórcios.

11.3. As exigências relativas à qualificação técnica foram adotadas a fim de selecionar empresas que

efetivamente possuam capacidade de executar o objeto do contrato. As parcelas requeridas (elaboração de projeto de arquitetura, detecção, prevenção e combate à incêndio e sistema de ar-condicionado) são as que demandam maior conhecimento técnico para serem desenvolvidas e maior relevância técnica e financeira na elaboração da estimativa de preços, tendo sido, por esse motivo, adotadas.

11.4. Com relação ao regime de execução de empreitada por preço global, este foi adotado em virtude de o escopo dos serviços ser bem definido e delimitado, pois os trabalhos que serão contratados serão a elaboração dos projetos de um local determinado, bem como o apoio à supervisão e fiscalização dos serviços de modernização com base nos projetos desenvolvidos. Assim, salvo melhor juízo, não se vislumbra a possibilidade de alterações significativas dos serviços que deverão ser prestados, o que, caso pudesse ocorrer, sugeriria a utilização do regime de execução de empreitada por preço unitário.

11.5. O INCC-M foi o índice adotado para o cálculo do reajuste em virtude de ser um índice específico da construção civil e que, salvo melhor juízo, melhor se adequa ao objeto do contrato.

## **12. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS OU FINANCEIROS DISPONÍVEIS**

12.1. A contratação de serviço para elaboração de anteprojeto, projeto básico, projeto legal, executivo e apoio e assistência à supervisão e fiscalização da execução dos serviços apresenta como meta a obtenção de uma solução que seja viável em relação ao aspecto técnico e à legislação vigente.

12.2. Junto a isto, tem por objetivo a promoção de modernização das instalações físicas da SERJ, uma vez que a atual edificação se encontra em estado crítico de conservação, em decorrência da ação depreciativa do tempo e da ausência de manutenções preventivas.

12.3. Pretende-se aproveitar a oportunidade para modernização, adaptação tecnológica das instalações, revitalização e atualização da construção e para o aumento da vida útil do imóvel, por este se encontrar com materiais e instalações em estado de obsolescência e em desacordo com as normas vigentes.

12.4. Os benefícios a serem obtidos em termos de economicidade, eficácia, eficiência, de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis diretos a serem obtidos são:

12.5. Benefícios diretos: otimização, modernização e revitalização da SERJ;

12.6. Benefícios indiretos: ambiente propício ao desenvolvimento das atividades realizadas nesta edificação e bem-estar dos servidores;

12.7. Impactos ambientais positivos: racionalização dos recursos atualmente empregados;

12.8. Melhoria da qualidade de produtos ou serviços oferecidos à sociedade: otimização do tempo de atendimento às demandas da sociedade.

## **13. PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO**

13.1. Não houve a necessidade de adequação do ambiente do órgão, na medida em que o serviço não provocará interferências nas instalações atuais.

## **14. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

14.1. Correlata à presente contratação não há contratos de mesmo gênero nas demais frações da ABIN.

## **15. DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO**

15.1. Com base na praxe da Administração Pública tem-se que a contratação é viável nos termos propostos.

## **16. APROVAÇÃO**

16.1. Aprovamos, portanto, este estudo técnico preliminar.

**ELIANE FERREIRA GUSMÃO**

INTEGRANTE REQUISITANTE TITULAR

**ROBERTO DE CARVALHO COSTA**

INTEGRANTE REQUISITANTE SUBSTITUTO

**MARCELO ALVES MOROCINI**

INTEGRANTE TÉCNICO

**DANIEL HIGOR LEITE BRAZ**

INTEGRANTE TÉCNICO

**ALAN BARBOSA COSTA**

INTEGRANTE TÉCNICO

**ALEXANDRE DE PROENÇA GUARDA**

INTEGRANTE ADMINISTRATIVO TITULAR

**FELIPE MANSUR ALMEIDA**

INTEGRANTE ADMINISTRATIVO SUBSTITUTO

16.2. Nos termos do art. 14, inciso II do decreto nº 10.024/2019, aprovo o presente estudo técnico preliminar.

**FÁTIMA APARECIDA FRANÇA QUEIROZ**

Diretora do Departamento de Administração e Logística



Documento assinado eletronicamente por **ALAN BARBOSA COSTA**, Oficial Técnico de Inteligência, em 16/06/2020, às 16:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).





Documento assinado eletronicamente por **MARCELO ALVES MOROCINI, Chefe da Divisão de Telefonia e**

**Eletrônica**, em 24/06/2020, às 17:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **DANIEL HIGOR LEITE BRAZ, Oficial de Inteligência**, em

25/06/2020, às 08:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ELIANE FERREIRA GUSMAO, Chefe da Divisão de Apoio - SERJ**,

em 25/06/2020, às 10:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.abin.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.abin.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0165291** e o código CRC **2908B828**.

Referência: Processo nº 00091.001234/2020-54

SEI nº 0165291

Setor Policial Sul, Área 5, Quadra 1, - CEP 70610-905 - Brasília/DF -